

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.599.588 - RJ (2019/0304189-5)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : JEAN PHILLIPE CINTRA LAFOND
ADVOGADOS : LEONARDO GASPAR CASTELAN - RJ128697
FELIPE DE MENDONÇA MICELI - RJ125352
AGRAVADO : SCHEILA LETICHEVSKY KARMIOL
AGRAVADO : MOYSES KARMIOL - ESPÓLIO
REPR. POR : CLAUDIO KARMIOL - INVENTARIANTE
AGRAVADO : POTENCIAL COMERCIAL E TÉCNICA LTDA
ADVOGADOS : VITOR DOS SANTOS MARTINS FERREIRA - RJ122421
LUCIANO SILVA DE JESUS - RJ153483

DECISÃO

Trata-se de agravo, interposto por JEAN PHILLIPE CINTRA LAFOND, contra decisão de inadmissibilidade do recurso especial, fundamentado no art. 105, III, *a e c*, da Constituição Federal, em desafio a acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado:

AÇÃO REGRESSIVA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. DÍVIDA LÍQUIDA. IMPUGNAÇÃO EXCESSO. DESCABIMENTO. Agravo de instrumento contra decisão proferida em ação regressiva, em fase de cumprimento de sentença, que rejeitou a impugnação apresentada pelo devedor. Entendeu a magistrada a quo que, por se tratar de sentença líquida, não cabe a rediscussão em sede de impugnação, sob pena de ofensa à coisa julgada. A sentença, que transitou em julgado, foi clara ao condenar o agravante ao pagamento da quantia de R\$ 65.920,42. Os autos foram remetidos ao Contador que aplicou correção e juros à quantia fixada, aferindo o atual valor do débito em R\$ 141.468,77. Como se vê, os cálculos estão corretos, razão pela qual não há que se falar em cerceamento de defesa, por indeferimento de retorno ao Contador para esclarecimentos. As demais questões trazidas em sede de agravo não podem ser apreciadas nesta fase processual, eis que se trata de cumprimento definitivo de sentença transitada em julgado. Recurso desprovido, nos termos do voto do desembargador relator. (fl. 78)

Os embargos de declaração restaram desacolhidos pelo acórdão de fls. 97-100.

Nas razões do recurso especial, o recorrentes aponta violação aos arts. 489 e

1.022 do NCPC.

Sustenta, em síntese, negativa de prestação jurisdicional, ante a omissão do tribunal de origem em se manifestar a respeito da tese de nulidade por ausência de fundamentação da decisão agravada, bem como o acórdão embargado ter deixado de declarar sua fundamentação.

É o relatório.

Decido.

A irresignação merece prosperar.

Da análise dos autos, verifica-se que o colendo Tribunal de origem, não obstante provocado, deixou de examinar questão essencial ao deslinde da controvérsia, a respeito da tese de nulidade por ausência de fundamentação da decisão agravada, bem como o acórdão embargado ter deixado de declarar sua fundamentação.

Com efeito, a eg. Corte de origem quedou-se inerte no exame de questão relevante para o deslinde da controvérsia e que, na via estreita do recurso especial, não poderia ser analisada de plano.

Ademais, o conhecimento do recurso especial exige a manifestação da instância ordinária acerca da questão de direito suscitada. Recusando-se a Corte de origem a se manifestar sobre o tema federal, fica obstaculizado o acesso à instância extrema, cabendo à parte vencida invocar, como no caso, a infringência ao art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, a fim de anular o v. acórdão recorrido para que seja suprida a omissão existente.

Confirmam-se, por oportuno, os seguintes precedentes:

PROCESSUAL CIVIL. OFENSA AO ART. 535 DO CPC. CARACTERIZAÇÃO. OMISSÃO QUANTO A PONTO RELEVANTE PARA O DESLINDE DA CONTROVÉRSIA QUE, INCLUSIVE, NÃO PODE SER ANALISADO POR ESTA CORTE SUPERIOR POR ENVOLVER O CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. AUSÊNCIA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.

1. Mesmo após provocação das partes interessadas, a instância ordinária recusou-se a emitir juízo de valor sobre ponto importante e que, por dizer respeito ao próprio iter processual, merecia manifestação suficiente para viabilizar o próprio

julgamento desta Corte Superior acerca da correção de seu provimento.

2. O Tribunal a quo sustentou ser necessária a produção de provas a fim de elucidar determinadas questões fáticas relativas à nulidade de ato administrativo. Ocorre que a parte que moveu a ação por mais de uma vez pleiteou o julgamento antecipado da lide, dispensando a fase probatória.

3. Sobre esse ponto levantado pela ora recorrente, cujo conhecimento pelo Superior Tribunal de Justiça é impossível, em razão da imprescindibilidade da análise do conjunto fático-probatório, não foi emitido qualquer provimento judicial.

4. Trata-se, como se pode observar facilmente, de questão essencial para o deslinde da controvérsia e que não foi apreciado pela instância ordinária, caracterizando verdadeira ausência de prestação jurisdicional.

5. Recurso especial provido, determinando-se o retorno dos autos à origem para que lá sejam analisados os argumentos lançados nos embargos de declaração de fls. 1.038/1.045.

(REsp 769.831/SP, Segunda Turma, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe de 27/11/2009)

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO INDENIZATÓRIA - DANOS MORAIS - DIVULGAÇÃO EM JORNAL DE RESPONSABILIDADE APURADA EM INQUÉRITO CIVIL - RECURSO ESPECIAL - ARTS. 75 e 159 DO CÓDIGO CIVIL - FALTA DE PREQUESTIONAMENTO - DIVERGÊNCIA PRETORIANA DESCONFIGURADA - NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO.

I - O prequestionamento é pressuposto inerente aos recursos de natureza excepcional. O termo 'prequestionar', reflete, na realidade, a exigência de que a questão federal tenha sido previamente abordada na instância revisora de segundo grau, sendo inócuo o 'prequestionamento' feito pela parte, em sua petição inicial, e demais peças processuais, sem que nada tenha sido decidido acerca da temática federal suscitada no apelo raro.

II - Se o tribunal recorrido permanece silente, mesmo após a manifestação dos embargos declaratórios, é possível aventar, no recurso especial, a alegativa de ofensa ao art. 535, II do CPC; ao invés de se apontar como violados os dispositivos legais que não foram objeto do necessário prequestionamento. Aplicação, na espécie, da súmula 211/STJ.

(...)

IV - Recurso especial não conhecido.

(REsp 242.128/SP, Terceira Turma, Rel. Min. WALDEMAR

Superior Tribunal de Justiça

ZVEITER, DJ de 18/9/2000)

Dessa forma, está caracterizada a alegada ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015, em razão da omissão da colenda Corte de origem em examinar a questão suscitada.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ, conheço do agravo para dar provimento ao recurso especial, anulando-se o v. acórdão proferido em sede de embargos declaratórios e determinando-se, por conseguinte, que outro seja proferido e, assim, sanada a omissão aqui verificada.

Publique-se.

Brasília (DF), 20 de novembro de 2019.

Ministro RAUL ARAÚJO
Relator